



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO PJECOR N.º: 0000128-79.2022.2.00.0808**

**UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**

**JUÍZA DESIGNADA: Dra. Telmelita Guimarães Alves**

**ASSUNTO: Correição Virtual – 2022**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO JUÍZO DE SERRA/ES – COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **2ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 029/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 18/04/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **2ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

**2. ESTRUTURA FUNCIONAL**

## Juiz Responsável

Juíza	Vínculo	Ato
Telmelita Guimarães Alves	Designada	não consta na ficha funcional da Magistrada

(Fonte: Consulta à Ficha funcional e à Seção de Registro Funcional de Magistrados em 21/06/2022)

## Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Alcimar Maria de Souza	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	-
Fabricio Paiva Charpinel	Analista Judiciário - 01 - QS - Escrevente Juramentado	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 46/21 - 20/01/2021
Gil Alves da Silva	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Marcia Jaqueline Miranda Barcelos Oliveira	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Angela Maria Campo Dallorto	Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Luciano Braga Lemos	Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Luiza Regina Bellucio	Analista Judiciário - QS - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Vania Maria Schunk Freitas	Analista Judiciário - AJ - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Giselle Souza Ribeiro	Analista Judiciário - AE - Serviço Social	-
Isabel Cristina Santos	Analista Judiciário - AE - Serviço Social	-
Leticia da Silveira Rezende	Analista Judiciário - AE - Serviço Social	-
Olga Pereira	Analista Judiciário - AE - Serviço Social	-
Janine Raymundi Esteves	Analista Judiciário - AE - Psicologia	-
Alexandre Stefano Vago Brunetti	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 28/03/2022)

## Servidores à disposição de outras Unidades


Servidor (a)	Cargo	Observação
Giovani Demonel de Lima	Analista Judiciário - AJ - Direito	Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria da 1ª Vara Criminal de Serra - Ato nº 28/2021 - 14/01/2021
Helizete do Carmo Verneque	Analista Judiciário - 01 - QS - Escrevente Juramentado	Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria da 5ª Vara Cível de Serra - Ato nº 108/2021 - 10/02/2021

Leandro Gama Moraes	Analista Judiciário - AE - Psicologia	À disposição da Coordenadoria da Infância e da Juventude - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
---------------------	---------------------------------------	--

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 21/06/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária, 04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária – Comissário da Infância e Juventude, 04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área de Apoio Especializado – Serviço Social e 02 Analistas Judiciários 02 – Área de Apoio Especializado – Psicologia** para a 2ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se incompleto, aparentemente, apenas no que se refere ao cargo de Analista Judiciário 02 – Área de Apoio Especializado – Psicologia.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 11 (onze) servidores (levando-se a crer que foram considerados todos os servidores da Unidade, incluindo os cargos de Comissário de Justiça da Infância e da Juventude, Serviço Social e Psicologia) e a lotação paradigma é de 06 (seis) servidores, vejamos:

TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO								
 TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022								
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO ESPECIALIZADO								
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO
1	E - INFÂNCIA	2ª VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	ES	SERRA	6	11	0	1

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em 21/06/2022.

Vale registrar, ainda, que a Escrivã Judiciária da Unidade, Srª. Alcimar Maria de Souza, encontra-se afastada de suas atividades desde o ano de 2009, em Licença para Tratamento de Doença em Pessoa da Família, conforme verificado em sua ficha funcional. Ademais, a servidora Janine Raymundi Esteves, Analista Judiciário - AE - Psicologia, também encontra-se afastada, em Licença para Trato de Interesses Particulares até 06/01/2029, conforme Ato nº 782/18.

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de <b>2020</b>	425	35
Janeiro a dezembro de <b>2021</b>	995	83

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 21/06/2022)

### Evolução do acervo

Ano	Acervo
<b>2020</b>	1.483
<b>2021</b>	1.218

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 21/06/2022)

### Acervo atual

	Junho 2022
Total	1.204
Suspensos ou sobrestado	174
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>1.030</b>

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

## 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

### Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos <b>conclusos</b>	30	168
Conclusos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

### Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	257	212
Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b>	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

## 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

### Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	1	5

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	7	4

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

### Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	0	4

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

### Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	3	4

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 21/06/2022)

## 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

### Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
2.033,3%	Meta <b>cumprida</b>

### Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
-------------------	-----------

**Meta 8 CNJ/2021 (Foco: Feminicídio e Violência Doméstica)**

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
200%	Meta <b>cumprida</b>

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021, conforme informações juntadas no id. 1642812 e id. 1642814)

**7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA****7.1. Gabinete**

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 20/04/2022, revelou a existência de **30 (trinta)** processos em gabinete para análise da Magistrada, todos com tempo de **tramitação regular**.

Em nova consulta realizada no dia 21/06/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento, permanecendo, contudo, **sem registro de excesso de prazo de conclusão**.

Vê-se, assim, que diante do ritmo de trabalho adotado pela Juíza designada, e na hipótese de sua continuidade, a unidade **manter-se-á no seu curso regular**.

Ademais, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas CNJ.

**7.2. Secretaria**

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar que a gestão cartorária da 2ª Vara da Infância e Juventude de Serra mostra-se bastante eficiente, não sendo verificadas deficiências relevantes.

Entretanto, dois pontos precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: os **processos em carga externa por prazo excessivo** e as **petições pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias**.

No que se refere aos processos em carga externa, foi verificado que alguns feitos encontram-se em carga há mais de 60 (sessenta) dias. Dessa forma, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Quanto às petições pendentes de juntada, deve a secretaria observar rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas, na forma do artigo 234 do Código de Normas, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “*juntada de petição de #{tipo de petição}*” (código 85), quando da juntada física.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1 À Juíza Designada

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<p><b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados.</p>

### 8.2. Ao Chefe de Secretaria Substituto

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Juntada de petições	<p><b><u>Regularize</u></b> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><b><u>Observe</u></b>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<p><b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;</p>
Processos em carga externa	<p><b><u>Providencie</u></b> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
	<p><b><u>Observe</u></b>, no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto no inciso XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <b><u>prioridade de tramitação</u></b>; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao</p>

<b>Cartas Precatórias</b>	<p>Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;</p> <p><b><u>Estabeleça</u></b> rotina de cobrança de devolução das Cartas Precatórias remetidas a outros juízos, cujo cumprimento extrapolar o prazo declarado, na forma do artigo 325 e seguintes do Código de Normas Judicial.</p>
---------------------------	---

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. À Juíza Designada

EVENTO	ORIENTAÇÃO
<b>Suspeição e Impedimento</b>	<b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
<b>Processos físicos</b>	<b><u>Utilize</u></b> os atos <i>judiciais dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

### 9.2. Ao Chefe de Secretaria Substituto

EVENTO	ORIENTAÇÃO
<b>Juntada de petições</b>	<b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
<b>Processos em carga</b>	<b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.



<b>Observância aos comandos exarados pela Magistrada</b>	<b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pela Magistrada</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
<b>Processos aptos ao arquivamento</b>	<b><u>Arquive</u></b> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **2ª Vara da Infância e Juventude do Juízo de Serra/ES** apresenta ótimos indicadores de desempenho e organização, em que pese a identificação de pouquíssimas inconsistências na movimentação processual.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações ao Chefe de Secretaria Substituto para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

À Juíza designada por sua vez, foi determinado, tão somente, que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 21 de junho de 2022.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 28/06/2022, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1208584** e o código CRC **61040803**.